



BOLETIM INFORMATIVO DA CONICQ

COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA

CONVENÇÃO-QUADRO DA OMS PARA O CONTROLE DO TABACO

BOLETIM Nº 12 – OUTUBRO DE 2017

Países das Américas se comprometem a adotar agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030

Países das Américas acordaram a criação de espaços livres de cigarro até 2022

A 29ª Conferência Pan-Americana da Saúde, ocorrida em Washington, em fins de setembro, definiu através de acordo entre autoridades ministeriais pelo compromisso em adotar, até 2022, legislações que criem ambientes 100% livres do consumo de tabaco. A medida vale para todos os países das Américas.

Os países presentes se comprometeram a adotar a agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030, inspirada na Agenda do Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas, que estabelece onze objetivos e 60 metas, que cobrem amplo espectro de expectativas, incluindo a cobertura universal em saúde, o enfrentamento de enfermidades transmissíveis e não transmissíveis e um amplo conjunto de outros objetivos.

Nas Américas, cerca de 17% da população fuma. São quase 127 milhões de fumantes. O controle do tabagismo é um poderoso instrumento para melhorar a saúde e promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — em particular a meta nº 4 do ODS 3, que prevê a redução da mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis em um terço até 2030.

Esta medida é considerada um dos quatro “melhores investimentos” para a prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis. Os outros três são a inclusão de advertências de saúde grandes e com imagens em todas as embalagens de produtos derivados do tabaco; o aumento dos impostos sobre esses produtos; e uma proibição total da publicidade, promoção e patrocínio do tabaco.

Na Conferência, Carissa Etienne foi reeleita diretora geral da OPAS por mais quatro anos (2017-2021). O novo diretor geral da OMS, Tedros A. Ghebreyesus, recém-eleito na Assembleia Mundial da Saúde, participou do evento.

Fonte: Nações Unidas – Edição: SE-Conicq

<https://nacoesunidas.org/paises-das-americas-se-comprometem-a-criar-espacos-livres-de-cigarro-ate-2022/>

BRASIL

Pela 4ª vez, ADI 4874 não é julgada pelo STF, e cigarros saborosos permanecem acessíveis aos jovens

Pela 4ª vez, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4874, incluída como segundo processo na pauta de julgamentos da sessão plenária do STF no dia 19 de outubro, deixou de ser julgada. O tempo limitado, 14:00 h as 18:00 h, aliado aos debates envolvendo processos anteriores impediram mais uma vez o julgamento que irá decidir sobre o poder regulador da Anvisa e a permanência de cigarros artificialmente saborizados.

Em novembro de 2012, a Confederação Nacional da Indústria, apoiada pelo SindiTabaco que compõe sua diretoria, ajuizou a ação no STF na qual pedia a inconstitucionalidade de artigos da lei federal que criou a Anvisa, e da resolução que proíbe a comercialização de cigarros que contêm aroma e sabor.

Para a CNI, o inciso XV do artigo 7º da Lei federal 9.782/99 permite que a Anvisa utilize seu poder regulamentador para proibir, “em caráter genérico e abstrato”, a fabricação e a comercialização de produtos e insumos submetidos à fiscalização sanitária.

A CNI defende que a Anvisa não pode atuar como se tivesse “delegação legislativa em branco, isto é, desacompanhada de diretrizes ou parâmetros claros e obrigatórios”. A CNI argumenta ainda que a Anvisa violou os princípios da legalidade, da separação dos Poderes e da livre iniciativa.

Passados cinco anos sem a aplicação da restrição decidida pela Diretoria Colegiada da Anvisa, os cigarros com sabor de menta, cereja, canela, etc, permanecem como principal atrativo da iniciação entre jovens.

O processo retorna à pauta como quarto tópico de julgamento no próximo dia 25 de outubro.

Fonte: STF – Edição: SE-Conicq

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=248495>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Chamada de Ater para diversificação do tabaco depende da Casa Civil

A contenção no orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário, SEAD, tem se tornado fator impeditivo para a execução da chamada de Ater para os agricultores que plantam tabaco migrarem para outras culturas. A SEAD está vinculada à Casa Civil, instância decisória, única com poder para liberar os recursos para o programa com a finalidade de atender os artigos 17 e 18 da CQCT.

O corte na Sead também inviabilizou, em fase final de análise curricular, a contratação de um consultor para ficar a frente do Programa.

Em 2016, a ex-consultora do Programa, Cristiane Bellinzoni, comprovou que entre 2011 a 2013, o número de famílias que deixaram de plantar tabaco passou de 6,5% para 10,2%, entre as 11,2 mil atendidas por chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Fonte: MDA – Edição: SE-Conicq

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/compromisso-da-sead-nova-chamada-de-ater-para-diversifica%C3%A7%C3%A3o-do-tabaco>

Projeto agroecológico é pesquisado em Venâncio Aires

Autoridades do município prestigiaram a visita técnica

Em meados de setembro, professores e estudantes do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), da Fundação Universidade de Blumenau (FURB) e do Instituto de Geografia, da Universidade de Innsbruck (Áustria), realizaram visita técnica a uma propriedade agroecológica em Venâncio Aires, maior produtor de tabaco do Rio Grande do Sul.

A atividade fez parte da iniciativa Escola de Inverno (Winter School), que consiste em um evento de imersão em projetos acadêmicos, numa parceria das três universidades, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ e do Doctorado em Ciencias Sociales da Universidad de Río Cuarto (Argentina).

O grupo foi conhecer a propriedade da família Weber, referência no cultivo de hortaliças, frutos e cana de açúcar na região.

A família faz parte do grupo de agricultoras e agricultores O Eco da Vida – assessorada pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), associada à Ecovale - Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas, e destaca-se pela produção orgânica de alimentos, comercializados em feira no município e na loja da ECOVALE, em Santa Cruz do Sul. A propriedade é uma das várias que produzem alimentos livres de agrotóxicos e de adubos químicos na região com apoio do CAPA e integram grupos de agricultores.

Estiveram presentes o prefeito de Venâncio Aires, Giovane Wickert, o vice prefeito, Celso Krämer, a vereadora Sandra Wagner e o vereador Adelânio Ruppenthal, que, em suas falas, destacaram a atuação do CAPA e UNISC em Venâncio Aires.

"Agradecemos a oportunidade de acompanhar o belo trabalho que as entidades têm feito, trazendo estudantes que agregam essa vocação de desenvolvimento regional e sustentável", disse o prefeito.

Fonte: CAPA – Edição: SE-Conicq

<http://capa.org.br/blog/unisc-e-parceiras-nacionais-e-internacionais-promo/>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Governador do RS prestigia cerimônia de colheita de tabaco em Venâncio Aires

José Ivo Sartori tem fortalecido indústria do tabaco na economia do Estado

Exibição ao vivo pela internet e tevê, participação de autoridades e plateia, agricultores e maquinários, além de palestras motivacionais. Estas ferramentas midiáticas foram reunidas pelo agronegócio para atrair a atenção da sociedade para as colheitas de diversas culturas, incluindo o tabaco, através de datas simbólicas.

Em janeiro, o início da colheita da soja teve transmissão ao vivo e, em agosto, o Presidente Michel Temer prestigiou a cerimônia de abertura da colheita de algodão junto com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e com o governador do Mato Grosso, Pedro Taques.

Seguindo esta tendência, no dia 27 de outubro, o governador do RS, José Ivo Sartori, estará não só presente na abertura oficial da colheita de tabaco, como atuará como agricultor na colheita simbólica, "munido de equipamento de proteção", segundo relatou o vice-presidente da Afubra, Marco Antônio Dorneles, em depoimento à Rádio Afubra, no dia 14 de outubro.

A solenidade será realizada junto com o dia do Produtor de Tabaco, em Picada Nova, no município de Venâncio Aires. A criação do evento oficial da colheita de tabaco foi proposta pela Prefeitura de Venâncio Aires com concordância da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul, e apoio da Afubra e SindiTabaco.

Desde que assumiu o governo do RS, em 2014, Sartori tem ampliado a influência da indústria do tabaco na economia do Estado. Em marco desse ano, Sartori recebeu a Japan Tobacco International (JTI) para incrementar a parceria impulsionada pelo fato da tabaqueira dispor de uma unidade de processamento e um centro de distribuição em Santa Cruz do Sul.

"Estamos de portas abertas, queremos grandes investimentos e seremos parceiros nessa

caminhada. Nada contra outros estados, mas o berço da industrialização do fumo sempre foi o Rio Grande do Sul", afirmou.

Em abril, a Philip Morris inaugurou um novo Centro de Serviços em Porto Alegre, também com a presença do governador. Com investimento de R\$ 3,4 milhões e criação de mais 60 postos de trabalho, o local conta com operações de vendas, distribuição e finanças, além de um centro de distribuição.

"há muito tempo acredita e investe no Rio Grande do Sul, gerando renda, oportunidades, e contribuindo para elevar nosso potencial de desenvolvimento econômico", afirmou o governador sobre a indústria do tabaco.

Fonte: Planalto – Edição: SE-Conicq

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/08/temer-participa-da-abertura-da-colheita-de-algodao-no-mato-grosso>

Deputado Luis Carlos Heinze pode disputar governo do RS

Um dos mais aguerridos defensores da economia do tabaco, o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), foi oficializado como pré-candidato ao governo do RS nas eleições de 2018. As bancadas estadual e federal do Partido Progressista se reuniram no dia 16 de outubro, na sede do diretório estadual da legenda, para formalizar a indicação de Heinze, que colocou seu nome à disposição do partido.

Ex-prefeito de São Borja e deputado federal mais votado do Estado na última eleição, o *Correio Braziliense* noticiou em 2007, que Heinze obteve doação eleitoral de R\$ 120 mil da indústria do tabaco.

Engenheiro agrônomo, em 2013, Heinze publicou artigo na *Gazeta do Povo* criticando a Resolução da Anvisa que proibia aditivos nos cigarros.

"O que parece ser uma tese correta, quando examinada com maior cuidado revela-se uma proposta polêmica e complexa. Em primeiro lugar, porque na prática ela terá um enorme impacto socioeconômico e, em segundo lugar, porque carece de uma base científica sólida", defendeu Heinze.

Fonte: Sul21 – Edição: SE-Conicq

<https://www.sul21.com.br/jornal/luis-carlos-heinze-oficializa-interesse-em-disputar-o-governo-do-estado/>
<http://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/evidencia-cientifica-e-regulacao-01rqsg68ukx9a46n6rqk6mgjy>

Relatório anual do ITGA descreve alto estoque de tabaco no Brasil

A International Tobacco Growers Association (ITGA) publicou seu relatório sobre a produção de tabaco global na temporada 2016/2017.

Em relação as folhas produzidas a nível mundial, a Universal estima uma redução de 5,42 milhões de toneladas (5,78 em 2015-2016), embora espere um aumento na produção do tipo Virginia, em meio a temores de o Brasil provoque um excesso de oferta de tabaco estocado das safras anteriores, mesma situação da China.

Citada no relatório, a Afubra aponta para o Brasil este ano uma produção de 625.951 toneladas (com um preço estimado de US\$ 2,90 por quilo) e 79.361 toneladas de Burley (US\$ 2,70).

O temor do excesso de tabaco no mundo não se aplica a Índia, que limita sua produção anual. A redução de produção em 2017 foi de aproximadamente 20% em relação a 2016. A Índia enfrenta outra questão: a falta de culturas alternativas e o medo de que, ao não produzir tabaco em certas regiões, o valor de sua redução será rapidamente absorvido pelos outros grandes produtores da Virgínia.

A Zâmbia relata um declínio nas exportações de tabaco estimado em US\$ 100 milhões (prevendo que as quantidades exportadas reduzirão de 45 mil toneladas em 2016 para menos da metade, ou 22 mil toneladas, em 2017).

Fonte: Tobaccoasia – Edição: SE-Conicq

<http://www.tobaccoasia.com/leaf-news/itga%E2%80%99s-leaf-overview/>

CIGARRO ILÍCITO

Protocolo do comércio ilícito permanece parado na presidência da Câmara dos Deputados

Após quatro suspensões de votação pelo plenário devido ao encerramento da sessão, a aprovação do texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, proposto no Projeto de Decreto Legislativo nº 576/16, permanece aguardando definição de inclusão na pauta pelo Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Segundo o gabinete da presidência, os tratados internacionais são votados em bloco nas quintas-feiras.

Após a aprovação do plenário, o PDC segue para no Senado onde tramitará em três comissões com pedido de urgência.

Até o presente, 29 países parte ratificaram o tratado. O Protocolo precisa de 40 assinaturas, e só após 90 dias passa a entrar em vigor.

Fonte: WHO – Edição: SE-Conicq

<http://www.who.int/fctc/protocol/meetings/en/>

DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PARA FUMAR

Convidada pela Philip Morris, Vice-Governadora do PR vai a Itália conhecer tecnologia do cigarro eletrônico

Convidada pelo Presidente da PMI no Brasil, Wagner Erne, a vice-governadora do Paraná, Cida Borghetti, visitou oficialmente, em fins de setembro, as instalações da unidade de fabricação de Produtos de Risco Reduzido (RRPs) da Philip Morris International, situada em Bolonha, na Itália.

O encontro, destacado pelo Observatório do Centro de Estudos do Tabaco, Cetab, da Fiocruz, repercutiu na imprensa e nas redes sociais pelo fato de Borguetti ser esposa do atual Ministro da Saúde, Ricardo Barros, que em última análise responde pela Anvisa, órgão que regulamenta os produtos de tabaco.

Desde 2009, o comércio e a importação do cigarro eletrônico são proibidos pela Anvisa. Depois de uma consulta pública, que contou com a participação de órgãos de defesa do consumidor, a Anvisa decidiu pela proibição levando em consideração a falta de comprovação científica sobre a eficácia e segurança do produto. A resolução nº 46, da Diretoria Colegiada, foi publicada no Diário Oficial da União em agosto.

Por outro lado, segundo o Presidente de Produtos de Risco Reduzido da PMI, Miroslaw (Mirek) Zielinski, a transnacional está empenhada em comprovar e legitimar cientificamente os dispositivos para fumar apoiada na tecnologia química e farmacêutica.

Fonte: Governo do Paraná – Edição: SE-Conicq

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=95615&tit=Em-Bologna-Cida-se-reune-com-diretoria-da-Phillip-Morris>

MUNDO SEM TABACO

Entrevista com Adriana Blanco, da OMS, sobre controle do tabaco no Uruguai.

Entre os dias 18 e 20 de outubro, o Uruguai sediou a Conferência Mundial de Doenças Não Transmissíveis (DNT), evento da OMS, com o objetivo de elaborar um roteiro para estabelecer um marco comum de políticas para reduzir este tipo de agravo.

O evento contou com a presença de representantes de 94 países da África, América, Ásia e Europa, e de Adriana Blanco, chefe da Unidade de Fatores de Risco e Nutrição da OPAS, entrevistada com exclusividade pelo Jornal *El País*.

Você faz parte da equipe que redigiu o decreto de lei de ambiente livre de fumo. Como foi a experiência?

Estávamos apenas começando. No país, não havia ideia do que estava sendo negociado. Em 2000, a CQCT já estava sendo negociada. O tratado entrou em vigor em novembro de 2005. O Uruguai foi um dos primeiros 40 países a ratificá-lo. Com base nisso, foi trabalhado.

O que destaca a OPAS da política antitabaco promovida pelo governo uruguaio?

Uruguai tem sido um pioneiro no assunto. Foi um exemplo para muitos países da região. É um dos países que implementou em maior medida o acordo-quadro com o Panamá e o Brasil. Por outro lado, o Uruguai tem uma medida única e que nenhum outro país implementou até agora que é a embalagem padronizada que lhe rendeu o processo de arbitragem que a Philip Morris apresentou ao Banco Mundial. Na época, a política de controle do tabagismo foi avançada no caso do Uruguai, foi o primeiro país livre de tabaco na região e tem sido pioneiro nas medidas. Por exemplo, o marketing é algo que deve ser regulado em todos os fatores de risco que têm a ver com commodities. No caso do tabaco é uma proibição total porque você não quer que as pessoas fumem.

E no caso dos alimentos?

No caso dos alimentos, pelo menos você tem que limitar o marketing para as crianças, porque, na realidade, o que você não quer, é que eles sejam empurrados para consumir produtos nos quais não aja qualquer valor julgado porque eles são muito jovens para saber. Se o que é oferecido é bom ou ruim ou simplesmente levá-los a consumi-lo porque eles têm uma foto ou porque eles dão uma boneca. No caso dos alimentos, o marketing é fundamental para as crianças, no caso do álcool também tem que ter atenção no marketing. Os impostos sobre o tabaco são claramente a medida individual mais importante para reduzir o consumo. Está sendo visto que o imposto sobre as bebidas açucaradas é uma alternativa que também está sendo testada e que o consumo da bebida é reduzido, como se vê no México. Este país aumentou seus impostos peso-litro e já viu uma redução no consumo de bebidas açucaradas e também viu um aumento na venda de água engarrafada. Os impostos sobre o álcool também são uma medida efetiva na redução do seu consumo.

É uma boa medida a padronização das embalagens?

Sim, é bom porque a embalagem também é uma forma de promover o produto. O fato da embalagem possuir uma única cor, um formato único, de um único tamanho, evita que a indústria possa usá-la como método de promoção, especialmente em países como esse, onde a publicidade é proibida. No caso do Uruguai, acho que eles terão uma vantagem extra que é que eles já têm a apresentação da caixa única e que haverá chances de variantes que ocorram no nome. Eles podem colocar o nome comercial e abaixo "vermelho" e depois "verde", mas, como isso é proibido aqui, eles só podem colocar o nome. Eles não terão a possibilidade de prejudicar pessoas.

Há algo mais que o Uruguai possa fazer na luta contra o tabagismo?

É muito difícil dizer que um país resolveu tudo. Acredito que não existe um país no mundo que, no momento, possamos dizer que realizou tudo no campo do tabaco. Primeiro, porque o setor evolui, ele cria coisas novas. A indústria sempre encontra espaços para atuar. O que falta no Uruguai? Ainda existe um assunto na regulamentação dos produtos, mas isso é mesmo uma parte muito mais complexa, porque requer um pouco mais de infraestrutura, requer acesso a laboratórios. Eles não precisam necessariamente estar no país, eles podem ser laboratórios regionais ou privados que vendem produtos para ter uma ideia dos constituintes nas emissões deles.

Quais produtos eles seriam?

A questão dos aditivos porque há muitos que são usados para melhorar a palatabilidade do produto, por exemplo, mentol ou açúcar. Embora a indústria geralmente diga que é algo que eles precisam para fazer a mistura da American Blend, nós sabemos que existem produtos que são feitos sem açúcar, como sabores de

frutas e outros sabores diferentes. Mentol não é tão ruim, mas tem duas coisas: disfarça o sabor do tabaco; e o segundo, você viu o mentol, pois faz você adormecer um pouco sua boca e, assim, torna-se mais tolerável o sabor do tabaco. É realmente poderoso e também tem um certo efeito broncodilatador. Ele também permite que mais ar entre nos pulmões, isso lhe dá a possibilidade de engatear a nicotina depois de usá-la várias vezes.

Por um lado, o Uruguai é pioneiro na promoção de políticas contra o tabaco, mas, por outro lado, propõe a venda de maconha nas farmácias. O que a OPAS pensa?

Não é minha área. Não há definição, não posso lhe dizer uma posição da OPS.

<http://www.elpais.com.uy/informacion/falta-regular-todos-aditivos-cigarrillos.html>
https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/10/16/interna_internacional,909059/conferencia-estabelecera-plano-global-contradoenças-nao-transmissíveis.shtml

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA